



Paulo Amaral  
Vice-Presidente da Direção

## O «ROUBO» DOS SUBSÍDIOS

Este ano a família militar vai-se confrontar com o «roubo» de dois dos seus mais inalienáveis direitos: o Subsídio de Natal e o Subsídio de Férias.

O Decreto-lei n.º 496/80 de 20 de outubro que regulamenta a atribuição dos Subsídios de Férias e de Natal ao funcionalismo público, diz no artigo 2º número 1 que "O pessoal abrangido por este diploma tem direito a receber, em cada ano civil, um subsídio de natal, pagável em novembro..." e no artigo 10º do mesmo Diploma, diz que "...será atribuído, em cada ano civil, um subsídio de férias pagável por inteiro no mês de junho".

No mesmo diploma, no artigo 17º está plasmado que "Os subsídios de férias e de Natal, são inalienáveis e impenhoráveis."

Ora, como todos sabemos, os Militares são o garante da Constituição da República Portuguesa, por isto, somos aqueles que cumprimos as leis!

Logo, temos o direito e o dever de exigir que outros também as cumpram.

E aqui ressalta o cumprimento da lei que determina o pagamento de um salário pela força de trabalho exercida por uma pessoa, bem como os subsídios inerentes a esse mesmo trabalho, onde se inclui os Subsídios de Natal e de Férias, que como atrás foi dito é um direito inalienável e consagrado em forma de lei.

Toda esta trama, relacionada com a suspensão do pagamento dos Subsídios de Natal e de Férias, criada pelo governo teve como objetivo criar o ambiente propício para voltar a enganar escandalosamente os Portugueses. Primeiro foi dito a todos nós que aqueles subsídios não seriam suspensos apenas em 2012 e 2013.

O «roubo» continuaria por mais três ou quatro anos.

Ora, a uma velocidade do tipo "concorde", os factos alteram-se como o modelo de avião se deslocava pelos céus do globo.

O Tribunal Constitucional (TC), no seu acórdão n.º 353/2012, considerou inconstitucional o corte dos subsídios de Natal e de Férias aos pensionistas e trabalhadores da administração pública com base no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa que consagra o princípio da igualdade. Diz o número 2 do artigo atrás citado que "Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social".

Com base nesta norma, os juizes do Tribunal Constitucional consideraram o corte dos subsídios inconstitucional.

O que se deve questionar neste caso é como é possível que o tribunal que tem por dever defender a lei fundamental do País,

determinar que existe uma norma que é contrária a essa lei mas que permite que seja aplicada durante um ano. Não será o facto de os excelentíssimos juizes do TC invocarem o número 4 do artigo 282 da CRP suficiente, para que este corte possa ser compreensivelmente anulado aos pensionistas e trabalhadores da administração pública no ano de 2013 e não se aplique o mesmo princípio pelo menos no Subsídio de Natal neste ano de 2012. Isto porque o parecer do TC apenas é elaborado após a data de pagamento do Subsídio de Férias aos trabalhadores da administração pública.

Esta questão também traz outras leituras que não posso deixar de fazer.

A primeira consideração feita por responsáveis governamentais e pelos *fazedores de opinião* nos órgãos de comunicação social foi que esta resolução do TC iria implicar que os cortes nos subsídios a partir de agora passariam a ser para todos. Trabalhadores do setor público e do setor privado.



O que se deve questionar é: não será isso, também, inconstitucional? Não será essa medida, se vier a ser considerada e aplicada, contrária ao Decreto-lei n.º 496/80, que considera os subsídios um direito inalienável e impenhorável?

Não posso deixar de referir o papel que o Presidente da República (PR), primeiro magistrado da Nação, aquele que ao tomar posse jura defender a Constituição da República Portuguesa e Comandante Supremo das Forças Armadas que ao promulgar o Orçamento de Estado (OE) para 2012 onde está inserida esta retirada dos subsídios.

O PR tinha por obrigação enviar logo para o TC para aferir da constitucionalidade do diploma, o OE, ainda para mais quando o PR referiu numa estação de televisão quando confrontado com essa questão que o OE estava ferido de inconstitucionalidade pois não tinha em conta o princípio da igualdade.

Lei é lei!

Devo alertar para o facto que muitos podem colocar a questão no ponto de considerarem que *por eu estar a ser prejudicado que devo tudo fazer para que outros também fiquem na mesma situação*.

Não! O que devo preconizar é colocar-me ao mesmo nível dos que estão melhor.

Valorizar as condições de vida e não minorizá-las.

Sendo o «roubo» dos Subsídios de Férias e de Natal, uma das medidas de austeridade inscritas no «plano» da troika para *salvar* Portugal da crise, convém afirmar que este caminho de austeridade imposto por fora e aceite pelos de dentro, conduzem o País invariavelmente para um rumo de decadência e de maior servilismo, fazendo com que muito da nossa soberania se consuma e a economia defina.

Para fundamentar o que acabo de dizer, temos que no 1º trimestre deste ano o déficit orçamental (diferença entre as receitas e as despesas do estado e apresentado em função do PIB que mede a riqueza criada num ano), chegou aos 7,9%, segundo o Instituto Nacional de Estatística, o que contraria todas previsões do governo como ajuda a perceber que não é com medidas de austeridade que se conseguirá revitalizar a economia nacional.

Estamos perante um ato de genuflexão por parte dos nossos governantes, às instituições europeias, o FMI, a UE e o BCE o que acabará por deixar Portugal numa situação bem pior do que aquela em que estávamos.

Estas instituições, bem como a opinião neoliberal da crise, formada pelos mais diversos meios de comunicação social e *fazedores de opinião*, transmite a ideia falsa que quem trabalha é o responsável por esta crise. Esses *malandros* dos trabalhadores que afundaram o País porque viveram acima das suas possibilidades!

Como será possível que se pactue com esta opinião quando vemos e sentimos na pele as medidas de austeridade impostas como se fossem os Militares e o Povo do qual emanam, os responsáveis por uma crise financeira criada basicamente pelos bancos e pelos «mercados» financeiros que jogam com a vida de milhões de pessoas para obterem lucros chorudos! Relembrar que da *ajuda* de 78 mil milhões de euros, 12 mil milhões vieram diretamente para a banca, ou seja, para quem ajudou a criar a crise. Conclusão: “o crime compensa”.



Quantos subsídios dariam para pagar esses milhões que estão prontos para serem canalizados para os bancos nacionais?

Para complementar esta opinião, não posso deixar de referir que aos cerca de 8 mil milhões de euros do erário público enterrados no BPN, o orçamento rectificativo já aprovado, consagra 1100 milhões de euros adicionais para amortização de empréstimos de médio prazo a essa «pérola financeira» para a qual há sempre dinheiro. Não se deve permitir o branqueamento desta situação, por muito que custe aos responsáveis ouvir, e sei que custa, pois esse dinheiro foi desviado do essencial para suportar uns quantos nababos que não só delapidaram o que o banco tinha como ainda saíram por cima sem nada lhes acontecer.

Reitero a pergunta: quantos Subsídios de Férias e de Natal seriam pagos com esses cerca de 10 mil milhões de euros enterrados numa instituição bancária com pouca projeção no mercado nacional?

Não esquecendo, que este mesmo banco foi vendido por 40 milhões de euros! Apenas!

Não podia deixar passar este assunto sem me debruçar sobre os porquês deste «roubo» à família militar.

Não basta falar, é preciso atuar!

D. Manuel Martins, bispo emérito de Setúbal, no seu jeito de mais vale quebrar que torcer, afirmou há tempos que este governo tem

por hábito falar de números e não de pessoas. Disse também que eles, os que nos governam bem entendido, nada sabem da comida que falta na mesa, do remédio que não se pode comprar, da casa que foi expropriada pela banca, do desespero de não ter trabalho, enfim da dignidade roubada às pessoas. São bestas ao serviço do sistema que nos governa.

Estas palavras foram ditas por um bispo. Por uma pessoa que é várias vezes chamada a falar nos órgãos de comunicação social. Mas, penso que estas palavras podiam ser ditas por qualquer um de nós, pois é este o sentimento reinante nos Militares.

Ao ler estas palavras do emérito bispo, apetece-me dizer que toda a coragem é necessária e toda a resistência é legítima.

Pois é isto que se trata.

Ao retirar um direito “inalienável e impenhorável”, este governo apenas está a agravar a já muito depauperada vida da família militar em particular e do Povo em geral.

E é contra esta situação que temos o dever de resistir.

Porque vemos, ouvimos e lemos como se agravam as injustiças, as desigualdades e a exploração.

Vemos o nosso vizinho, o nosso camarada, o nosso amigo ou um nosso familiar lutarem cada vez com mais dificuldades económicas em consequência da subida dos impostos, do aumento do custo da eletricidade, do gás, da água, dos transportes,

dos bens alimentares, das taxas moderadoras e em contraponto temos a descida dos salários, o corte das prestações sociais como o subsídio de desemprego e a retirada dos subsídios de férias e de Natal.

Ouvimos o governo justificar a não tributação do capital com a necessidade de evitar a fuga deste para o exterior, e os trabalhadores que não podem escolher onde pagam os seus impostos que suportem e que se conformem com a injustiça fiscal.

Lemos por outro lado, que a quase totalidade das empresas cotadas em bolsa se deslocalizaram para a Holanda, incluindo empresas com capitais públicos como a GALP, a EDP e a CGD, sem que o mesmo governo, que para os fracos é forte e para os fortes é muito fraco, nada faça para evitar esta injusta desigualdade de tratamento.

Camaradas, VEMOS, OUVIMOS e LEMOS, por isso não podemos ignorar.

Não podemos deixar que o nosso tempo se torne pecado organizado.

Não podemos correr o risco de quando os nossos filhos nos questionarem o que fizemos para alterar este tipo de situação, não sabermos o que responder ou respondermos que nada fizemos.

Cumpra ao Homem atuar primeiro no seu mundo intelectual para depois aprender a ser um bom líder no mundo social.